

O Senado sai engrandecido depois da mais longa sessão de sua história

O senador Tancredo Neves, presidente do PP, já a classificou como a mais longa sessão da história do Senado, a reunião em que aquela Casa aprovou o projeto de Lei das inelegibilidades, acrescida de algumas emendas, como a que levou o nome do seu autor, senador Murilo Badaró. Foi também uma sessão nervosa e dramática com lances que poucas vezes estiveram à altura das tradições do Senado da República. Mas, o importante em todos os acontecimentos, notadamente após a edição do pacote eleitoral, é que o Senado tomou uma decisão política autônoma em clima de entendimento, sem qualquer interferência do Palácio do Planalto. Pode até o Presidente da República vetar alguns dispositivos do projeto aprovado pelo Congresso, o que é atribuição exclusiva da sua competência, mas o Senado eximiu-se da missão política que lhe cabia desempenhar e cumpriu.

A decisão tomada pelo Senado na madrugada de quinta-feira contribuiu também para desanuviar o ambiente político, que andava atravessando período de pessimismo e de previsões catastróficas. Pelo menos até março, quando se reiniciam as atividades do Congresso, vamos ter um certo desafogo político. O Senado marcou um tento, dando um passo político significativo, na medida em que as suas lideranças, tanto as do Governo como das Oposições, tiveram bastante espírito de transigência para ceder e chegar a uma fórmula de entendimento. A política é feita de transigências de parte a parte, de negociação. Um e outro lado podem considerar o projeto aprovado como aquém das suas expectativas, mas foi o que era possível encontrar naquela hora como denominador comum para os interesses em conflito.

Houve alguns homens que desempenharam papel importante no desdobramento das discussões e das negociações. Como o senador Jarbas Passarinho que, como presidente do Senado, teve a necessária humildade para conduzir, com bastante

equilíbrio, os trabalhos, jamais perdendo a cabeça, embora em determinados momentos se registrassem manifestações emocionais, fugindo às tradições de serenidade que sempre marcaram as atividades parlamentares daquela Casa. O senador Tancredo Neves, que desempenhou papel importante para o êxito das negociações que conduziram ao acordo, reconheceu também publicamente e fez questão de exaltar o desempenho do senador Passarinho na condução dos trabalhos da presidência. O senador Marcos Freire, líder da Oposição, foi vigoroso e contundente no combate ao adversário, mas se serviu sempre de linguagem elegante e compatível com as normas regimentais e os foros de civilidade que devem nortear os embates políticos.

O senador Nilo Coelho, como líder do Governo, padece de uma grave omissão, qual seja a de não ocupar o lugar que lhe é devido no plenário e de não revidar da tribuna aos ataques dos líderes oposicionistas, deixando essa missão principalmente para o seu vice-líder, Murilo Badaró. Mas, o senador Nilo Coelho, na negociação, possui uma qualidade que não pode deixar de ser reconhecida: ele tem coragem de tomar decisões. Por outro lado, sempre se revelou inclinado à negociação, inerente, segundo seu entendimento, à própria atividade parlamentar. O senador José Lins, como vice-líder governista, foi o responsável pela permanência até alta madrugada da maioria do PDS no Senado. E quando ao final das negociações, precisou de maioria para aprovar a matéria, recorreu ao líder do PMDB, senador Marcos Freire, que com espírito de compreensão lhe deu dois votos decisivos de senadores oposicionistas para que fosse alcançado o indispensável quorum regimental. Aquela altura o senador José Lins vira-se compelido a dispensar, por motivo de saúde, dois dos seus companheiros de bancada que não tinham mais condições de permanecer em plenário.

17 JAN 1982

CORREIO BRAZILIENSE